



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

99 0727
[Handwritten signature]

Requerimento N.º 932/VII (4.a) - AC
(27.7.99)

Assunto: **Sanidade Animal no Concelho de Terras do Bouro**

Apresentado por: Deputado **Lino de Carvalho**

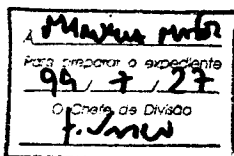
Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia da República

1. Na reunião com produtores pecuários do concelho de Terras do Bouro, distrito de Braga, realizada com a presença do Secretário-geral do PCP, Dr. Carlos Carvalhas, constatou-se existir uma grave situação de sanidade animal nas freguesias do concelho (e possíveis freguesias de concelhos vizinhos), com os correspondentes e dramáticos problemas de sobrevivência ao nível de muitas pequenas e médias explorações agrícolas. A saber:

No caso dos bovinos com leucose, a insuficiência do valor das indemnizações pagas por abate sanitário, discriminatórias face a outras situações (vacas loucas, por exemplo), as desadequadas regras de cálculo dessas indemnizações face à especificidade da produção local, com uma forte redução do valor da indemnização a vacas com mais de dez anos, mas ainda produtivas (e é isso que justifica a sua manutenção pelos produtores);

No caso dos ovinos/caprinos com brucelose, algo de idêntico sucede, atribuindo-se um «montante compensatório adicional» ridículo (25%) na situação dos efectivos classificados como B2.2, que é a situação praticamente geral na região, a que se acrescenta a quase impossibilidade de os produtores conseguirem o subsídio de repovoamento de 4000\$00, por dificuldades em adquirirem animais provenientes de efectivos B3 e B4, conforme a Portaria N.º 3/95, de 3 de Junho;





PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Os atrasos e burocracias mesmo para o pagamento dessas baixas indemnizações, o que também sucede, infelizmente vezes demais, com as chamadas indemnizações para os prejuízos ocorridos nos efectivos atacados pelos lobos no Parque do Gerês.

2. A dimensão do referido problema sanitário num concelho onde a agricultura continua a ser a actividade principal, e onde outras alternativas de rendimentos são escassas, exige que os poderes públicos, e em particular o Ministério da Agricultura, não avaliem a situação com os mesmos olhos de uma qualquer outra região. A par dos problemas de saúde pública, das consequências que podem atingir o turismo local, hoje muito procurado face às belezas do Gerês e das suas barragens, é o problema da sobrevivência das comunidades rurais que sacrificadamente mantêm vivas numerosas explorações agrícolas, numa zona ameaçada de desertificação, que está em causa. A menos que se pense que um bom Parque Natural do Gerês é um parque sem os homens e mulheres das suas aldeias, com a sua agricultura secular.
3. São conhecidas algumas das principais causas destes problemas, que não podem ser atribuídas à responsabilidade dos produtores, que antes são as suas maiores vítimas:

A destruição da estrutura vertical dos serviços veterinários oficiais e a tentativa de os substituir de um golpe pelos ADS/OPP (Agrupamentos de Defesa Sanitária/Organizações de Produtores Pecuários), e por acompanhamentos de serviços regionalizados, esquecendo, mais uma vez, as características específicas de uma produção pecuária assente em pequeníssimos e pequenos produtores, com economias muito de auto-abastecimento e pouco de mercado. O que é da responsabilidade do anterior governo do PSD/Cavaco Silva;

A ausência das medidas que se impunham para remediar as asneiras feitas anteriormente e pôr alguma ordem na confusão e caos instalados em matéria de sanidade animal no País. O que é da responsabilidade do actual Governo do PS/António Guterres;

O desmantelamento das estruturas de fiscalização fronteiriça dos animais e carne importados, bem como em matéria de controlo e fiscalização do trânsito interno de animais e comércio de produtos pecuários, o que leva com frequência a que, enquanto se «limpa» a



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS Grupo Parlamentar

doença pela porta, novos animais infectados entram pela janela. O que é da responsabilidade dos anteriores governos do PSD e do actual Governo do PS;

A profundíssima desconfiança instalada entre serviços oficiais, técnicos veterinários e zootécnicos e agricultores, por todo um vastíssimo e complexo conjunto de factores: regras e valores das indemnizações desajustados, uma legislação complexa e dispersa, alterada sem consulta e conhecimento dos interessados, a ausência de uma informação capaz, desequilíbrios técnicos e económicos no tratamento das diversas «doenças», práticas comerciais fraudulentas, práticas de assistência veterinária caríssimas e comportamentos duvidosos de alguns técnicos, funcionamento burocrático dos ADS, fim dos seguros de rezes nos matadouros e a falta de um eficiente e acessível seguro pecuário, etc., etc., etc..

4. Pensando na importância destes problemas para o País, e conhecendo-se também a situação de alerta em que se encontra a opinião pública em matéria de segurança alimentar provocada por acontecimentos diversos – vacas loucas, dioxinas nos frangos, hormonas nos produtos pecuários, introdução dos OGM (organismos geneticamente modificados), consideramos que há um conjunto de respostas de fundo que só um futuro governo, a sair das eleições legislativas de 10 de Outubro, e com outra política, poderá dar, nomeadamente:

- Reconstituindo uma eficiente estrutura vertical e oficial de sanidade animal e defesa da saúde pública;
- Reconquistando a confiança entre os diversos agentes da fileira pecuária;
- Criando legislação global, agrupada e adequada à especificidade e diversidade regionais dos produtores pecuários portugueses;
- Concretizando uma intervenção forte e decidida na resolução do grave problema de sanidade animal existente no País.

5. Entretanto, e neste quadro, ao abrigo do disposto na alínea d) do Artigo 156º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea l) do n.º 1 do Artigo 5º do Regimento da Assembleia da República, requeiro ao Governo, através do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas:



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

- Uma informação, da situação de sanidade animal e o estados dos pagamentos de abates sanitários, incluindo os prejuízos causados pelos lobos, no concelho de Terras do Bouro;
- Uma informação sobre as medidas já desencadeadas ou a desencadear com urgência no região pelos serviços oficiais, para atalhar e resolver os problemas referidos;
- A avaliação do Ministério da Agricultura da possibilidade, para lá do cumprimento da actual legislação, de uma resposta global e extraordinária à produção pecuária do concelho;
- Que consideração pode ser feita sobre os valores das indemnizações contempladas na actual legislação e as reclamações dos produtores de Terras do Bouro.

O Deputado

(Lino de Carvalho)